



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 201/XII/3.ª SL

Aos dezassete dias do mês de junho de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 196, 197, 198, 199 e 200;
2. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 331/XII (3.ª), da iniciativa da ANEAE (Associação Nacional de Apoio Especializado), que *Pretendem a suspensão do Protocolo de colaboração entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)*
Deputada relatora: Maria da Conceição Pereira (PSD);
3. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da Petição n.º 396/XII (3.ª), da iniciativa da Associação dos Agentes de Execução (AAE), *Fim da imposição aos agentes de execução de pagamento de um tributo à Caixa de Compensações da Câmara dos Solicitadores* e designação do Deputado relator do GP do PSD
4. Distribuição da Proposta de Lei n.º 236/XII (3.ª) (GOV) - Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto (com conexão à 10.ª Comissão: a COFAP solicita o envio do parecer até ao dia 24 de junho)
Deputado autor do parecer: GP do PS;
5. Deliberação sobre as iniciativas europeias que, do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014, a 10.ª Comissão irá pronunciar-se;
6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), começou por colocar em apreciação as atas n.ºs 196 a 200, referentes, respetivamente, às reuniões de 28 de maio e de 3, 4, 6 e 11 de junho as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE.

O Senhor Presidente informou de seguida que o GP do PCP tinha solicitado o adiamento do segundo ponto da Ordem do Dia para a próxima reunião da Comissão, o que foi aceite por consenso.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE, a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 396/XII (3.ª) e designada relatora a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD).

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) pediu a palavra para questionar a baixa por conexão à 10.ª Comissão e, portanto, a competência da COFAP numa legislação daquela natureza, que cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e que altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, por lhe parecer pouco apropriada tal opção.

Também o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) se pronunciou a respeito daquele ponto para dizer que a expectativa do GP do PSD era a de que aquela iniciativa baixasse à 10.ª Comissão. Prosseguiu assinalando que a razão de ser para que tal não tenha sucedido teve a ver com dois aspetos: o primeiro, o aumento de 0,25% do IVA; mas também o facto de as regras que visam alterar o sistema de pensões da segurança social ser convergente com o da Caixa Geral de Aposentações. Concluiu assinalando que importa assim que seja feita alguma diligência no sentido de a 10.ª Comissão ter algum protagonismo na matéria.

O Senhor Deputado David Costa (PCP) disse acompanhar as posições anteriormente assumidas pelos outros grupos parlamentares.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) disse que a posição do CDS-PP vai no mesmo sentido das anteriormente expressas pelo que, junto da PAR, dever-se-

ia tentar reverter o processo ou, então, fazer com que a discussão e acompanhamento do mesmo fossem feitos de forma conjunta.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) quis reforçar da parte do Partido Socialista o que parece ser uma posição unânime por parte de todos os GP, no sentido de que a mesma seja transmitida formalmente não só junto do Presidente da COFAP mas também junto da Senhora Presidente da Assembleia da República. Quanto ao autor do parecer, foi indicado o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS).

O Senhor Presidente disse que adotará as diligências propostas.

No quinto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente explicou resumidamente em que consistia a proposta apresentada de seleção de iniciativas europeias para escrutínio em 2014, constantes do programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014. Assim:

- Do Anexo I – Atos prioritários a adotar pelo legislador a 10.ª Comissão continuará a acompanhar o processo legislativo dos seguintes atos:

Ato	Título completo	Referência interinstitucional/ COM/SEC
Serviços públicos de emprego	Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o reforço da cooperação entre os serviços públicos de emprego (SPE)	COM(2013)430
Livre circulação de trabalhadores	Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a medidas destinadas a facilitar o exercício dos direitos conferidos aos trabalhadores no contexto da livre circulação de trabalhadores	COM(2013)236

- Do Anexo II – Novas iniciativas a 10.ª Comissão seleciona duas iniciativas no âmbito do tema Emprego, assuntos sociais e inclusão e uma no âmbito do tema Igualdade entre homens e mulheres, fazendo depender o escrutínio do conteúdo das mesmas:

N.º	Título	Tipo de iniciativa
9.	Pacote sobre a mobilidade dos trabalhadores	Legislativa/Não legislativa
10.	Comunicação relativa à criação de emprego nos setores da "economia verde"	Não legislativa
15.	Abordar o problema das disparidades salariais entre homens e mulheres	Não legislativa

- Do Anexo III – Ações no âmbito do Programa para a adequação e a eficácia da regulamentação (REFIT), dependendo do respetivo conteúdo, a 10.ª Comissão poderá pronunciar-se relativamente à iniciativa legislativa que proceda à Reformulação e fusão de três diretivas no domínio da informação e da consulta dos trabalhadores.

Interveio em primeiro lugar a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) para dizer que estava de acordo com as sugestões apresentadas.

Por seu lado, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) registou que as sugestões feitas acompanham o que tem sido praticado pela Comissão. Apenas lembrou que, se surgirem iniciativas europeias relacionadas com o desemprego jovem ou com o desemprego de longa duração, essas também deverão ser acompanhadas.

O Senhor Deputado David Costa (PCP) disse que o GP do PCP entende que a 10.ª Comissão deve pronunciar-se sobre todas as matérias com carácter legislativo.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente comunicou que o Senhor Ministro do Emprego, Solidariedade e Segurança Social o informou que estaria fora na próxima semana, tendo proposto que a audição regimental ficasse marcada para dia 8 de julho, pelas 15 horas.

Lembrou que a Comissão reuniria no dia 24, pelas 10 horas, para corresponder à solicitação de reunião por parte da Sra. Diretora da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho - EU-OSHA - Dra. Christa Sedlatschek, e pelas 17 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas dezasseis horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 24 de junho de 2014.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 17 de junho de 2014

Folha de Presenças

(Ata n.º 201/XII/ 3.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Andreia Neto
Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
David Costa
Maria Conceição Pereira
Raúl de Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Altino Bessa
Joana Barata Lopes
Mário Ruivo

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Jorge Machado

